



TÍTULO: GUERREIRO RAMOS E AS IMBRICAÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA, O DESENVOLVIMENTO E O INDIVÍDUO

Manoel Fernandes Nery¹

RESUMO

Este trabalho teórico procura descrever algumas das contribuições e preocupações do Sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), que na década de cinquenta e início dos anos sessenta, século XX, vislumbrava um conjunto de possibilidades internas e oportunidades externas potencializando o desenvolvimento do País. Reconhecia, também, um descompasso entre as aspirações dos brasileiros e a organização social e, diante de tais desafios, defendia a adoção de um saber sociológico, para o qual muito contribuiu, voltado para a compreensão da realidade brasileira como um todo, em detrimento de uma sociologia passiva e burocrática. O bem-estar dos indivíduos, parametrizados pela qualidade de vida dos países desenvolvidos, a liberdade e a autonomia estiveram no centro das preocupações do autor. O ensaio teórico reconhece e magnifica a obra do autor, pela atualidade das idéias no campo sociológico, e procura trazer evidências de que, ao perceber que as melhorias no desenvolvimento não representavam para os indivíduos uma existência substantiva, pois estes se tornavam “engrenagens” de um sistema do qual deveriam ser senhores, Guerreiro Ramos rompe com as perspectivas desenvolvimentistas que inicialmente compartilhava, assumindo, ao final do seu trabalho, a primazia do sujeito no desenho organizacional e social.

Palavras-chave: Sociologia. Desenvolvimento. Indivíduo.

1 - Introdução

A realidade é dinâmica, reconhece Ramos (1996) e que nenhuma realidade pode pretender-se definitiva. Acrescenta que, a despeito das divergências teóricas entre autores, todos entendem que a cada uma das unidades do processo histórico-social corresponde um conjunto de características que só desaparecem pela superveniência de outra unidade à qual corresponderão outras características. Assim, para todo grau de desenvolvimento, por mais elevado que seja, haverá sempre outro seguinte superior.

É nessa mesma perspectiva que, entre o início dos anos cinquenta e até meados dos anos sessenta, o sociólogo e nacionalista Alberto Guerreiro Ramos, aderente às teses cepalinas, que advogavam a adoção de estratégias para as soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos, com base nas condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, busca o entrelaçamento entre a sociologia e o desenvolvimento, procurando chamar a atenção do sociólogo brasileiro para que faça uso sociológico da sociologia, ou seja, que considere no trabalho sociológico as condições reais da realidade nacional, abrindo mão de modelos “enlatados”, tendo em vista a necessidade de se promover o desenvolvimento do país, potencializando os escassos recursos existentes nacionais (RAMOS, 1954, 1966, 1983, 1995, 1996).

¹manoelfnery@gmail.com



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Segundo Ramos (1995, 1996) emergia, no Brasil, uma nova consciência crítica, decorrente das condições gerais e estruturais do país, sobretudo do processo industrial e seus efeitos principais, a urbanização e a melhoria dos hábitos populares de consumo. Nessa linha, reforça que a crescente industrialização promove a transferência de pessoas do campo para as cidades, incrementando a formação de aglomerações urbanas, resultando disso certa mudança na psicologia dos brasileiros. A ambiência urbana insere o indivíduo numa trama de intensas relações, o que contribui para promover a politização dos indivíduos e tornar decisiva a participação popular nas várias formas de atividades diretivas da sociedade (RAMOS, 1995, 1996).

Escrevendo com empolgação, Ramos (1996), entende que a exigência do desenvolvimento que se impôs, exprime coletivamente o projeto de uma personalidade histórica, ligeiramente, já esboçada, que levará o país a autodeterminação, deixando para trás o seu caráter reflexo, ou seja, a mente colonial está em liquidação. Nesse sentido, também deixa de ser adjetiva e tributária a sua ação política, social e cultural, uma vez que não há uma redução, apenas da produção sociológica propriamente dita. A redução sociológica se estende ao campo do direito, da economia, da política, da antropologia cultural, da psicologia, da filosofia, das ciências da cultural de modo geral.

Fazendo uso de modelos heurísticos, de um vasto referencial teórico, e sem abdicar de fazer um resgate dos fatos sociais e históricos procura apresentar e discutir as diferentes variantes e possibilidades no campo sociológico, visando permitir aos pesquisadores uma clara compreensão dessas nuances, e ao administrador e ao político as condições necessárias para assegurar as melhores decisões na promoção do desenvolvimento.

O entrelaçamento entre sociologia e desenvolvimento proposto por Guerreiro Ramos não se limita, contudo, ao desenvolvimento do país. Há no sociólogo uma preocupação profunda com a liberdade e a autonomia dos indivíduos, liberdade esta que, de alguma forma, o desenvolvimento poderia oportunizar, por meio do processo de autonomização do país e a integração econômica dos indivíduos na estrutura regional. Acreditava, assim, que se poderia obter alto grau de solidariedade social, garantida pela semelhança psicológica dos indivíduos, rompendo com isso o isolamento da população brasileira em uma poeira de pequenas coletividades rurais que, nessa configuração, assegurava o domínio das oligarquias, em decorrência da passividade política do eleitorado (RAMOS, 1995, 1996).

O autor assinala que a vocação da sociologia é promover o resgate do homem ao homem, de forma a permitir-lhe ingressar num plano de existência autoconsciente, capaz de superar toda sorte de condicionamentos circunstanciais. Ressalta, também, que se a sociologia é para orientar a ação humana sobre a sociedade, não se constituindo em mera especulação abstrata, deve oferecer referências sistemáticas, no sentido de orientar o esforço intervencionista no processo social.

A manifestação intransigente do autor na defesa da autonomia e da liberdade dos indivíduos viria na sua obra intitulada *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações* (1981), em que reconhece que o crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB, hoje, Produto Interno Bruto – PIB, não é sinônimo de desenvolvimento econômico; faz duras críticas aos alicerces epistemológicos das Ciências Sociais em geral e, em particular, da Teoria das Organizações, vinculando-a aos



pressupostos da sociedade centrada no mercado, paradigma para a organização da vida humana associada, assegurando que o mercado não pode se constituir no modelo de organização e desenho das estruturas sociais; ressalta as relações sociais utilitárias da sociedade de consumo, enfatizando que os bons valores do indivíduo são desvirtuados pela sociedade centrada no mercado; propondo, ainda, entre outros pontos, o paradigma paraeconômico; o controle do mercado para que se torne apenas um enclave dentro do contexto social; e, sustenta a possibilidade de existência substantiva fora do paradigma econômico.

Este artigo procura descrever a preocupação de Guerreiro Ramos que, por meio de discussões, contribuições teóricas, atuações e ações políticas e institucionais, busca promover o entrelaçamento entre a sociologia e o desenvolvimento, de forma a potencializar a liberdade e autonomia dos sujeitos, tendo como suporte dessa ação transformadora, pesquisadores e sociólogos comprometidos com as verdadeiras questões que afetavam a sociedade brasileira. Ademais, procura potencializar e obter dos políticos e administradores o compromisso com as decisões que levariam ao melhor patamar de desenvolvimento, otimizando os recursos nacionais, face às oportunidades que se apresentavam no cenário nacional e internacional, possibilitando aos brasileiros alcançar níveis sociais e econômicos que os tornassem senhores do próprio destino. Na maturidade de sua obra, se descola dos ideais de desenvolvimento, para realizar uma defesa plena da existência substantiva dos indivíduos. O ensaio teórico contempla, além do resumo; na primeira parte a introdução; na segunda parte apresenta algumas perspectivas sociológicas sobre o desenvolvimento; na parte terceira parte apresenta as nuances sociológicas que marcam o contexto econômico-social e político do País; a parte quatro contém o tópico intitulado desenvolvimento, liberdade e autonomia dos indivíduos, e, a quinta parte as considerações finais.

2 - Algumas Perspectivas Sociológicas Sobre o Desenvolvimento

Embora sejam bastante amplas as linhas que abordam as diferentes nuances sobre o desenvolvimento, apresentam-se aqui aquelas perspectivas que coadunam com as linhas gerais que norteiam a construção do artigo teórico.

Bendix (1996) ressalta que os processos históricos de desenvolvimento são, na prática, sempre parciais, uma vez que toda e qualquer sociedade combina de alguma forma singular o tradicional e o moderno, ocorrendo, de fato, processos singulares de modernização, processos estes que combinam de forma sempre original a herança tradicional e as aquisições modernas. Além disso, a crença na universalidade dos estágios evolutivos foi substituída pela compreensão de que o *momentum* dos eventos passados e a diversidade das estruturas sociais podem conduzir a diferentes caminhos de desenvolvimento, mesmo quando as mudanças de tecnologias são idênticas.

O autor assinala que quando se faz referência aos problemas de desenvolvimento no mundo não-ocidental, empregam-se conceitos que possuem uma derivação ocidental. Nesse caso, deve-se proceder de uma ou duas maneiras: formulando uma nova série de categoriais aplicáveis a todas as sociedades, ou repensando as categorias familiares em virtude da transformação e diversidade da própria experiência ocidental. Faz, então, opção



pela segunda alternativa, na crença de que os *insights* obtidos no passado não devem ser descartados levemente.

Para Bendix (1996), as chamadas sociedades industriais de hoje retêm aspectos de sua estrutura social tradicional, os quais combinam com o desenvolvimento econômico de várias maneiras. Elas assemelham-se com referência a aspectos cobertos pelo adjetivo “industrial”, tais como a estrutura ocupacional, a concentração da população urbana, e outros. Nessa leitura, conceitos pertinentes à industrialização, modernização e desenvolvimento têm sua aplicabilidade limitada.

Em abordagem alternativa à tradição da modernidade, Bendix (1996) ressalta as linhas de raciocínios relacionadas e bastantes comuns, a começar pela noção de “pré-requisitos”, uma vez que no contraste entre tradição e modernidade, nas suas diferentes versões, o analista tende a considerar todos os traços básicos de modernidade como pré-requisitos de modernidade, procedimento este que implica tornar indiferente ao tempo e ao lugar todos os países, os quais deverão, de alguma forma, criar todas as condições características de modernidade, antes que possam esperar ser bem-sucedidos em seu impulso para a modernização.

Ao descrever o contraste entre economias, enfatiza que a tradicional caracteriza-se por pouca diferenciação entre atividades econômicas e familiares num ambiente de propriedades ou Estados mais ou menos autossuficientes, enquanto a economia moderna se caracteriza pela separação da residência familiar, do lugar de trabalho (diferenciação estrutural), da interdependência entre a família e o mercado ou entre os trabalhadores na fábrica (integração em uma nova base). Caracteristicamente, realça que as sociedades tradicionais alcançam intensa solidariedade em grupos pequenos, isolados uns dos outros por uma comunicação falha e uma tecnologia atrasada. Já as sociedades modernas alcançam pouca solidariedade em grupos relativamente pequenos e como decorrência do uso de comunicações e tecnologias avançadas tendem a ser altamente interdependentes a um nível impessoal.

A despeito de concepções de mudanças como intrínsecas, assevera que, acompanhando processos de rupturas, constatou que todos os processos subsequentes de modernização combinaram mudanças intrínsecas com respostas a estímulos extrínsecos. Ademais, ressalta que o crescimento da economia de mercado e a extensão gradual do direito de voto possibilitaram a criação de grupos de interesses e partidos políticos que mobilizaram o povo para a ação coletiva nas esferas econômicas e políticas, transformando assim a estrutura social moderna. Nesse sentido, a palavra “moderno” também está associada à democratização das sociedades, especialmente a destruição do privilégio herdado e a declaração de igualdade dos direitos de cidadania (BENDIX, 1996).

Tilly (1996) assinala que a criação dos Estados na Europa resultou das coerções aplicadas às sociedades, na busca de capitais que financiassem as guerras e homens para atuar nos campos de batalha. A luta e a negociação com diferentes classes da população moldaram, de forma significativa, os Estados que emergiram na Europa. Enfatiza também a importância do Estado sobre fenômenos como o desenvolvimento econômico, a política social e o conflito social, reverenciando, ainda, a organização coletiva nas suas diversas formas, na medida em que as conexões entre as pessoas possibilitaram a ação comum, notadamente a partir de novos repertórios, com o abandono de formas antigas de



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

contestação, visando atingir os objetivos estabelecidos. Nesse sentido, por meio de greves, campanhas eleitorais e rebeliões organizadas por sindicatos trabalhistas, partidos políticos e organizações dos movimentos sociais, foram obtidas conquistas sociais em troca da aceitação da existência do Estado nacional e do capitalismo.

O desenvolvimento dos Estados foi, portanto, decorrente de ações não-planejadas. Os governantes que tentaram fazer coisas similares em contextos diferentes construíram diferentes tipos de Estados. As pessoas comuns, afirma, recusaram-se a ceder os recursos e os homens necessários para a guerra, determinando a natureza das negociações que os governantes tiveram que manter com as diferentes classes para extrair os recursos. Dessa forma, a guerra, ironicamente, acabou aumentando o poder dos setores sociais civis junto ao governo. Isso se deveu, em grande parte, a uma tendência dos civis a usar os direitos de cidadania e representação para exigir que o Estado atuasse em seu favor. Outro fator preponderante para a expansão administrativa foi à necessidade de levantar grandes volumes de renda e de manter grandes exércitos estáveis, o que acabou por inflar setores civis da estrutura do Estado. Além disso, a tendência dos estados a envolverem-se na produção de armas, de suprimentos militares e intervirem na distribuição de alimentos, para assegurar o aprovisionamento de crescentes exércitos e cidades-capitais, rebateu diretamente no tamanho e importância dos órgãos civis dentro do Estado, levando os militares a dependerem cada vez mais da sociedade civil.

Assinala Tilly (1996) que, na atualidade, o desenvolvimento e a ação de estados que investem no bem-estar público, de estados regulamentadores, que intervêm nas questões econômicas, suavizaram e obscureceram, de alguma forma, a centralidade da coerção. Contudo, durante muitos milênios de história européia, os gastos militares usualmente consumiram a maior parte dos orçamentos do estado, e as forças armadas constituíram caracteristicamente o maior setor do governo, tomado isoladamente.

Em relação à América, o autor registra a influência das colonizações sobre os países e acentua o controle militar, pelo civil, muito cedo e duradouro nos Estados Unidos e a extensão da representação política a quase toda população masculina, o que não foi observado nos estados latino-americanos. Na América Latina, os direitos civis foram concedidos, mas logo foram cassados, além do fato de os militares dependerem pouco da sociedade civil. Sem colocar as guerras como fator central para o desenvolvimento, o autor enfatiza que ao adquirir armas e dinheiros sem depender de organizações fiscais eficientes ou de uma indústria bélica doméstica administrada por civis, os militares evitavam ser controlados pelos civis, e que a facilidade em controlar a riqueza, pautada em poucos produtos, facilitava a ação militar, uma vez que a diversificação de exportações poderia suscitar a necessidade de negociar com uma camada maior de grupos civis, no que diz respeito à renda derivada da tributação das exportações. De qualquer forma, o grau de autonomia obtido pelos militares nos países exportadores esteve na dependência das alianças que formaram (ou deixaram de formar) com elementos importantes da classe dirigente, e do êxito do programa de exportação.

Outra característica ressaltada por Tilly (1996), para o domínio militar na América Latina, é o treinamento avançado, a existência de hierarquias de carreira meritocráticas, valores profissionais e isolamento da política civil, aumentando a coerência e a capacidade organizacional dos órgãos militares, em relação aos civis, dando-lhes condições de atuar decisivamente, no sentido de defender os seus interesses corporativos ou as ideias dos



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

gerais sobre o que seria o interesse nacional. As observações realizadas sobre o desenvolvimento dos estados europeus, assinala, induzem a conclusões – vagas, porém úteis – de que a formação dos estados terceiro-mundistas deveria ser distintamente diferente, e de que a mudança de relações entre a coerção e o capital poderia fornecer indicações sobre a natureza dessa diferença.

Em síntese, o autor deriva as histórias alternativas de formação do estado das combinações continuamente variáveis de concentração de capital, concentração de coerção, preparação da guerra e posição dentro do sistema internacional.

Na perspectiva de Sen (2000), desenvolvimento está associado não somente à promoção da igualdade de renda e combate da pobreza, mas também, às liberdades substantivas que os indivíduos possam manter. Defende, ainda, uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, as quais envolvem uma multiplicidade de instituições relacionadas de forma interativa. Assegura que as disposições sociais envolvem o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública, entre outras, e que devem ser avaliados segundo a contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudanças, e não como recebedores passivos de benefícios.

O autor procura demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam e que o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PNB, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Complementa que, se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico, ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Conceber o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, e não nos meios que desempenham um papel relevante no processo.

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e às liberdades que desfrutamos. Nesse sentido, as liberdades políticas e os direitos civis básicos são indispensáveis para a emergência de valores sociais, são constitutivos da liberdade humana e a negação desses já se caracteriza uma deficiência. Porém, a escolha de valores sociais não pode ser decidida meramente por aqueles que se encontram em posições de mando e controlam as alavancas do governo, uma vez que a democracia faz parte do próprio processo de desenvolvimento. Nesse contexto, o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a atenção.

Ressalta, por exemplo, que o desemprego priva capacidades e tem efeitos abrangentes: além da perda da renda, como dano psicológico, perda da motivação para o trabalho, perda da habilidade e autoconfianças, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Essa abordagem proporciona uma visão de desenvolvimento bem diferente da costumeira concentração sobre PIB, progresso tecnológico ou industrialização, que têm sua importância contingente e condicional, mas não são as características definidoras do desenvolvimento. Porém, ao lidar com os problemas de equidade, especialmente ao se tratar de graves privações e pobreza, não se pode abrir mão da intervenção social, incluindo o custeio governamental, que tem um papel importante. Em grande medida, isso é exatamente o que os sistemas de seguridade social nos Estados do bem-estar procuram realizar, mediante diversos programas que incluem a provisão social de serviços de saúde, auxílio governamental aos desempregados e indigentes.

Na leitura de Ramos (1996), a ascensão da sociedade burguesa está associada ao conceito operacional de sociedade e de Estado, na medida em que esta sociedade fragiliza a capacidade do Estado em condicionar os vínculos sociais, que passa a ter como fundamento o consenso coletivo. As sociedades de classe são aquelas em que o nascimento, o costume e a norma jurídica não determinam a posição e a função dos indivíduos. Assim, compreendida, a sociedade de classes se vincula ao surgimento do capitalismo, sendo esta transformação econômica por que passou a Europa que modificou os termos do dinamismo histórico até então prevalentes.

Nessa condição, assegura que de acordo com a terminologia que ultimamente vem sendo adotada, chamar-se-ia “moderna” a sociedade global cujas qualificações gerais assegurariam a efetivação de uma administração atualizante. Nas condições de um país como o Brasil, o esforço tendente a tornar atualizante determinado sistema administrativo é inseparável de um esforço de maior envergadura que objetiva modernizar a sociedade global. Acrescenta que nos estudos sobre modernização desenvolvidos por autores norte-americanos e europeus é corrente adotar-se, de forma implícita ou explícita, a categoria dos chamados pré-requisitos. Ou seja, nesses estudos procura-se avaliar a situação dos países tradicionais e em transição, à luz de pré-requisitos, seja da sociedade moderna, seja da democracia. No que se refere ao Brasil, questiona se é oportuno indagar-se, do ponto de vista de uma sociedade em transição, se a categoria dos pré-requisitos tem validade teórica e pragmática (RAMOS, 1966, 1983).

A categoria de sociedade moderna pressupõe a existência do fenômeno da evolução, constituindo a categoria moderna etapa do desenvolvimento histórico-social da humanidade. Todavia, carece de cientificidade todo conceito de etapa que pressupõe se verifique existir a evolução à maneira de gradativa revelação de predeterminado sentido compulsório do acontecer histórico-social. Etapa é, pois, instrumento de comparação histórica e não propriamente uma realidade empírica, ou seja, é uma construção conceitual destinada a facilitar o entendimento da realidade empírica e não reflexo dessa mesma realidade, não obstante ser extraída da experiência concreta. A categoria de sociedade moderna constitui, assim, uma etapa da evolução da humanidade. A luz de tal entendimento, diferentes sociedades podem ser classificadas como modernas, não porque todos os seus traços e instituições sejam substancialmente idênticos, mas porque têm em comum alguns elementos típicos. Dessa forma, modernizar uma sociedade é essencialmente um problema de decisão em diferentes níveis, ou seja, é, sobretudo, uma estratégia de decisão. Não há um conjunto de pré-requisitos da modernização ou da industrialização válido universalmente em toda parte (RAMOS, 1966, 1983).



Para o autor, a categoria de sociedade moderna, como etapa, tem de comum com as antigas teorias evolucionistas o fato de pressupor um desenvolvimento unitário global do gênero humano, mas a sociedade moderna não é etapa final do desenvolvimento histórico-social da humanidade. Não sendo a sociedade moderna um tipo definitivo de estrutura, as sociedades que hoje se afiguram, globalmente, como as mais modernas, poderão ser amanhã anacrônicas. A sociedade moderna é, em sua essência, categoria comparativa. Surge da consciência de uma disparidade de desenvolvimento entre diferentes sociedades numa mesma época. Ademais, a modernização é modalidade de mudança social menos espontânea do que deliberada. Assim, a teoria da modernização assume caráter, por assim dizer, paradoxal e aparentemente contraditório, pois essa não é a teoria de fatos ou processos consumados, mas que sofrem permanentemente a ação do homem, pois, como a história, a mudança social se processa conforme uma dialética de que é constitutiva a ação humana, uma vez que o próprio desenvolvimento ou o colapso das estruturas são decorrentes da ação humana.

Na perspectiva da estratégia do desenvolvimento econômico, concorda que deve haver uma sintonia entre certos recursos e fatores de produção, além de ser necessário mobilizar recursos e capacidades com propósito desenvolvimentista, reconhecendo que, no Brasil, o recurso escasso, por excelência, é capacidade política, enquanto na perspectiva administrativa deve haver um propósito, o agente ativo, o fator estratégico, a possibilidade objetiva e o consenso.

Analisando o desenvolvimento sob o viés burocrático, ressalta Ramos (1966, 1983) que a burocracia não tem natureza, tem história, razão pela qual conferir atributos fixos e imutáveis à burocracia é incidir num erro histórico, bem como não existe burocracia modernizante, enquanto agrupamento social dotado de características intrínsecas e irreversíveis, e que o papel da burocracia na modernização e no desenvolvimento está sujeito a condicionamentos políticos. A eficácia social de toda burocracia é função da estrutura de poder.

Por fim, reconhece Ramos (1996) em pronunciamento na XVI Assembléia da ONU, em 1961, que o problema do desenvolvimento econômico-social e mais equilibrado, dificilmente será alcançado enquanto os desníveis entre os países forem mantidos, cabendo à ONU trabalhar para abreviar essas desigualdades. Afirma, mesmo, ser utopia a esperança de um estágio de desenvolvimento em que se atinja, afinal, definitivo equilíbrio entre o social e o econômico. Todo momento de superação de determinado desequilíbrio é início de outro. Os problemas sociais que o desenvolvimento cria só o desenvolvimento pode resolver. Contudo, chama a atenção para orientações imprudentes no aconselhamento pela ONU, os quais podem ampliar o fosso entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido.

3 - Nuances Sociológicas que Marcam o Contexto Econômico-Social e Político do País

As leituras sobre as circunstâncias que marcam o processo de desenvolvimento do Brasil, constituem insumos que balizam as propostas de uma sociologia que admite a universalidade da sociologia no domínio dos enunciados gerais, mas a identifica nacional e regionalmente com a realidade brasileira (RAMOS, 1996).



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Ramos (1954) sublinha que em 1822 foi apresentado aos nossos quadros dirigentes o “problema” da formação nacional. As novas condições reais do Brasil tornavam facilmente perceptíveis que as instituições aqui instaladas obedeciam a um propósito explorador e fiscal e impunham um esforço de criação no campo social. Em face desse desafio, delinear-se duas tendências: a dos que defendiam a plena adoção literal de instituições estrangeiras e a dos que se inclinavam para criar no país uma superestrutura mais adequada às circunstâncias particulares do meio, saindo vitoriosa a primeira tendência. Nesse esforço, a própria ciência foi transplantada, sendo que somente em 1830 se dá conta do termo Sociologia, que só se livrou do etnocentrismo e de resíduos ideológicos, mais recentemente. Dessa forma, desconhecendo as leis particulares de nossa sociedade, os nossos pais-da-pátria e os que os sucederam nos postos de comando foram inclinados, na melhor das boas intenções, a pensar sobre os fatos sociais em termos de imanência, admitindo que a presença de aparatos institucionais avançados produzisse efeitos aceleradores do progresso do país. Partindo desse critério heteronômico, fizeram um Brasil formalmente simétrico em comparação com as nações adiantadas.

Abordando a questão, especificamente, da transplantação, discorda de algumas leituras as quais insinuam que a elite brasileira foi contaminada por um idealismo utópico, pois, que a transplantação foi um acidente inevitável da formação brasileira, um acidente normal e não patológico em todos os contextos coloniais, na medida em que serviam a um propósito pragmático e historicamente positivo. Graças a ela, foi possível saltar várias etapas de desenvolvimento. Nesse sentido, a transplantação constituiu-se em um expediente historicamente necessário para que se tornasse possível, a seu tempo, a nação brasileira. Ressalta que essa medida foi uma excelente arma de manutenção e defesa de uma estrutura de poder e que a unidade do Brasil, nos três primeiros séculos, foi obtida por Portugal graças ao tecido administrativo predatório, explorador, que aqui instalou, ou seja, um verdadeiro “compressor” através do qual “nivelou o terreno” (RAMOS, 1954).

Em momento que precede um pouco a República, Ramos (1995) assegura a existência de uma considerável massa de cidadãos livres, mal-ajustados num sistema em que quase só havia lugar para senhores e escravos que careciam de posição e função na sociedade. Tais contradições se refletiam nos quadros políticos, demandando a alteração do esquema das instituições, em cujo funcionamento predominava o domínio dos fazendeiros. Os latifundiários garantiam o primado dos seus interesses principalmente através do Senado Vitalício, do Conselho de Estado, da centralização político-administrativa, do Poder Moderador e sua prerrogativa de irresponsabilidade e de dissolução da Câmara.

Ramos (1954) rebate, também, as insinuações de que as questões de cor, raça, luxúria, e cobiça tenham influenciado as ações de governo e o processo de industrialização no período republicano, além de negar a tendência agrícola do país e a ideia de aversão do brasileiro ao trabalho, decorrente de fatores relacionados à herança cultural, relacionando o motivo das críticas a interpretações desprovidas de uma teoria sociológica orgânica e científica do processo histórico-social. Os autores das críticas confundem, ordinariamente, os efeitos com as causas, apontando, muitas vezes, de modo correto, aspectos da psicologia, quando na verdade eles resultam de relações interativas de vários fatores. É atualmente de duvidosa qualidade científica toda sociologia que opera com categorias tais como “caráter nacional”, “alma”, “espírito”, “vocação”, “raça”, ou que concebe a sociedade ou a cultura como um sistema psíquico ou um organismo psíquico. Isto porque



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

abstrai a lei concreta do desenvolvimento histórico-social e aspecto total das transformações sociais. Assinala, ainda, que o trabalho intelectual, ao longo desse período, teve como norte a orientação para objetivos mais ou menos pitorescos e jamais para o esclarecimento da essência da estrutura social vigente e sempre de modo a evitar a total ociosidade de cidadãos que, de outra forma, poderiam converter-se em fermentos de influências subversivas.

Ao ressaltar a contribuição de pensadores como Silvio Romero, Pontes de Miranda, Alberto Torres e Oliveira Viana, reconhece também o papel dos positivistas liderados por Teixeira Mendes, que preconizaram a supressão da hereditariedade monárquica, da religião de Estado, a promulgação de instituições civis que assegurassem a liberdade de pensamento e a abolição da escravatura, com todas as restrições que se deve fazer ao positivismo. Em relação aos demais, assegura que as tentativas de teorização política realizada no Brasil, a partir de 1870, refletem o grau de consciência possível, no momento em que aparecem, dos eventos configurativos da realidade nacional (RAMOS, 1954, 1995).

A despeito dos movimentos nacionalistas, o período de 1919-1925, dos governos de Epitácio Pessoa e de Arthur Bernardes, é marcado por consideráveis inquietações sociais, o que motiva alguns movimentos nacionalistas a buscarem explicações para os desajustamentos políticos do país. Nesse período, funda-se o Partido Comunista, em 1922, mesmo período em que se amotinam a Escola Militar e o Forte de Copacabana e acontecem movimentos que levam à revolução de julho de 1924, dominada, mas de larga aceitação popular. Nesse ambiente, escritores da geração da República escrevem a obra *À margem da História de República*, em 1924, mas sem objetivos concretos, acabam por retratar de forma ingênua os fatos nacionais (RAMOS, 1995).

Ramos (1995) vê a classe média brasileira como uma espécie de vanguarda de todos os movimentos revolucionários durante a fase colonial, aliando-se, posteriormente, aos movimentos progressistas na fase do Império, assumindo papel, também relevante na proclamação da República, em 1889. Assevera que a classe média assume tendências direitistas no processo crescente de politização do proletariado e da burguesia industrial. Apesar dessa oscilação, é ela responsável pelas tendências dominantes do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, na medida em que assume posições contra as oligarquias latifundiárias e mercantis que, antes da Revolução de 1930, dominavam o cenário nacional, embora já se delineasse uma burguesia industrial. O autor registra que a popularidade da Revolução de 1930 e a relativa facilidade com que foram vencidas as forças governistas dão evidências sobre a escassa contradição entre os interesses das várias classes que, confundidas como povo, se opuseram às oligarquias dominantes. Registra também haver entre as classes mais polaridade e menos ambiguidade, motivo porque as lutas políticas são marcadas de escassa nitidez ideológica, assinalando que o golpe de 1937 foi uma ditadura da híbrida burguesia nacional.

Depois de 1930, fortalecem-se as tendências econômicas e sociais mal-enquadradas no sistema anteriormente dominante, ocorrendo uma expansão da produção para o mercado interno e no incremento da produção de bens de capital. A crise mundial de 1929, que provoca a queda do valor das nossas exportações, repercute favoravelmente em nossa economia uma vez que impulsiona o país para produzir internamente grande parte dos bens que eram importados. Reduzem-se, assim, a remuneração dos fatores empregados na



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

agricultura, enquanto os fatores empregados na indústria recebiam cada vez melhor remuneração.

A Revolução de 1930 promoveu mudanças de sinal positivo na vida político-partidária do país, na medida em que: a) abriu lugar nos quadros dirigentes para consideráveis contingentes da classe média; b) iniciou a institucionalização das forças econômicas, abrindo espaço para a sindicalização; c) iniciou o processo de liquidação da hegemonia de uns poucos Estados; d) firmou o princípio da intervenção do Estado na economia, embora sob a forma de um “dirigismo” desconexo e às vezes, até caótico.

O autor ressalta uma relativa confusão nos fatos, na medida em que o capitalismo industrial se forma de significativos recursos provenientes dos setores latifundiários, coincidindo com frequência nos homens de negócios, o industrial e o latifundiário. Esta situação transparece, sobretudo, na conduta política do partido majoritário do Brasil, enfatizando que o período de maior desenvolvimento industrial é patrocinado por Getúlio Vargas, um criador de gados.

O proletariado brasileiro, na perspectiva de autor, formar-se-ia na década de 1930-1940 e delinea-se como força política que elegerá Vargas para presidente; depois de cassado, em 1945, para o Senado; como presidente, em 1950; e, posteriormente o candidato identificado com os interesses do proletariado em 1955 (RAMOS, 1995).

A partir desse contexto, identifica, no momento brasileiro, alguns fatores que conjugados sinalizavam uma nova etapa de desenvolvimento do país, dentre os quais se destacam a industrialização, e a conseqüente produção industrial, o consumo de energia *per capita*, a renda nacional *per capita*, que embora menor, já se configurava crescente, a urbanização, os hábitos de consumo interno e a melhoria na pauta de exportação. Ressalta, ainda, que os padrões de vida dos povos desenvolvidos estimulam as classes sociais nos países subdesenvolvidos a pretenderem níveis elevados de consumo, dificultando a acumulação e, por conseguinte, a poupança para novos investimentos. Sugere, então que, em uma determinada região, a qualidade das condições gerais de vida só se eleva, na medida em que surgem e operam, na estrutura em que se encontra a população, os fatores promocionais da estrutura superior. Logo, o país só vencerá o seu atraso, acelerando a sua transformação, principalmente econômica (RAMOS, 1996).

Assegura Ramos (1996) que nas condições de desenvolvimento, em que estão em curso mudanças que afetam os destinos do país, as ciências sociais são chamadas a explicar em que consiste o desenvolvimento, procurando mostrar o que nele é primário e o que é secundário, sendo da maior importância a distinção desses dois aspectos. No esforço de alcançar um nível mais alto de existência material, as regiões e nações ditas atrasadas devem ser induzidas a instalar dentro delas as condições primárias, isto é, as geradoras do desenvolvimento.

Reconhece, por exemplo, que uma vez resolvido socialmente o problema do subconsumo pela alta produtividade do sistema tecnológico-econômico, os motivos fundamentais da conduta humana se estilizam, perdendo relevância o fator econômico, ao mesmo tempo em que outros motivos, antes subsidiários, aumentam sua influência. O refinamento ético, por exemplo, pode ser característica da síndrome da abundância. A transformação econômico-social das regiões atrasadas acarretará necessariamente a transformação



psicológica do homem, inclusive a substituição de um *ethos* coletivo, por outro (RAMOS, 1966, 1983).

4 - Desenvolvimento, Liberdade e Autonomia dos Indivíduos

No conjunto de sua obra, predomina em Ramos (1954, 1966, 1981, 1983, 1995, 1996), como já antecipado, a preocupação com a liberdade e a autonomia dos indivíduos. Dessa forma, na perspectiva de um projeto de desenvolvimento para o Brasil via a possibilidade, pela transformação da realidade nacional, de promover a liberação do homem do campo para a indústria, criando uma classe operária consciente, ampliando a base de atuação da classe média, não só porque este processo oportunizaria melhores condições de vida, padrão de referência dos países desenvolvidos, mas porque também contribuiria para libertar os indivíduos subjugados às oligarquias latifundiárias e ao cabresto eleitoral. Nutria, assim, o sentimento de que surgiria uma nova consciência crítica, a partir da reflexão do grupo social sobre as novas determinações, conduzindo-se, a partir daí, como sujeitos, o que os distinguiria da consciência ingênua predominante até então.

Na idealização de seus projetos, portanto, não descurava da preocupação em garantir os espaços de vida das pessoas e, embora preconizando a presença das organizações em todas as atividades humanas, ressalta o seu *ethos* específico, que não deveria ser confundido com o *ethos* da vida humana em geral, além de reconhecer que o espaço organizacional, jamais ocuparia o espaço existencial humano. Ao assinalar que as organizações agem segundo critérios próprios, os quais se voltam para a conquista do mercado, comportando-se como porta-vozes dele, sugere que o mercado já extrapola os seus limites, confundindo-se com a sociedade, condição em que a moral e a razão vigentes da sociedade confundem-se com as da produção e passam a ser ditadas pela conveniência de interesses desse mercado. Ademais, enfatiza que “organizações” são fantasmas, abstrações, não possuem capacidade de agir. De concreto, só os indivíduos que agem por elas e em seu nome. Um tipo de ação que atende aos imperativos sociais de existência das organizações e, ao mesmo tempo, permita aos seus agentes opção por existência substantiva é o que se espera possa vir a ser a ação administrativa (RAMOS, 1966, 1983).

Abre-se, assim, espaço para *A nova ciência das organizações*: uma reconceituação da riqueza das nações, que tem no Brasil a sua primeira publicação, em 1981, onde o autor retrata as características da sociedade centrada no mercado, ou seja, a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo, e a sua influência na elaboração dos alicerces epistemológicos das Ciências Sociais em geral e, em particular, da Teoria das Organizações, as quais passam a representar uma ameaça à liberdade à existência substantiva dos indivíduos.

Ramos (1981) denuncia o desencanto com o industrialismo, mal social característico das sociedades avançadas, a exaustão de recursos limitados e a poluição do meio-ambiente, enfatizando a preocupação em se reconceituar desenvolvimento, uma vez que o aumento do PNB – Produto Nacional Bruto, hoje, Produto Interno Bruto – PIB, não significa equalização social e econômica, parâmetros de desenvolvimento do mundo ocidental, advogando a ruptura com esse modelo. No processo de desenvolvimento, a abundância de bens e serviços deveria ser obtida a uma taxa liberação dos indivíduos do labor. Mas, ao expandirem-se as linhas de produção, o papel do mercado foi ampliado, apropriando-se da



própria estrutura social. Ao sistema de mercado, complementa, deve ser também creditado à deformação da pessoa humana, pois ao disponibilizar bens de consumo em abundância, cobrou um elevado preço psicológico. A própria Escola de Relações Humanas foi desenvolvida por imperativos que exigia a ênfase no consumo.

Os últimos três séculos têm sido marcados por uma experiência histórica que tenta criar um tipo nunca visto de vida humana associada, ordenada e sancionada por processos autorreguladores do mercado. Uma experiência bem sucedida, pois, o mercado e seu caráter utilitário tornaram-se forças históricas e sociais, institucionalizadas em larga escala, além de demonstrarem ser altamente convenientes para a escalada e a exploração dos processos da natureza e para a maximização da inventiva e das capacidades humanas de produção.

Defende Ramos (1981) que a eficiência social e organizacional seja apenas uma dimensão incidental e não fundamental da ação humana. Na sociedade contemporânea as pessoas confundem as regras e normas dos sistemas sociais episódicos com regras e normas da sua conduta como um todo e aponta o formalismo como traço normal da vida cotidiana, situação em que a observância de regras substitui a preocupação com padrões éticos substantivos. Rechaça a possibilidade de se aplicar às organizações o conceito de saúde organizacional, uma vez que o conceito de saúde aplica-se somente aos indivíduos, e que as sociedades são menos do que boas; apenas o ser humano, eventualmente, merecer ser caracterizada como bom.

Ramos (1981) propõe o modelo multicêntrico de análise dos sistemas sociais e do desenho organizacional, denominado delimitação dos sistemas sociais. Reconhece a importância do mercado, mas considera-o, apenas, um limitado enclave da sociedade. Nesse novo paradigma, há espaços para as isonomias, atividades promovidas como vocações e não como empregos, associação de iguais, comunidade que funciona pela deliberação de todos, prevalecendo relações interpessoais primárias; e fonomias, um sistema social menos estável em que as pessoas liberam sua criatividade, que promove a automotivação, onde o valor de mercado tem caráter incidental, como nas sociedades pré-letradas, onde o trabalho é prazer e criação e que juntamente com os mecanismos de mercado, devem ser consideradas agências legítimas, necessárias à viabilização da sociedade em seu conjunto. Quanto à Paraeconomia, esta é concebida como uma categoria de pensamento confrontativo e delimitativo, uma vez que leva em conta, de maneira formal, tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas. O indivíduo não é, necessariamente, um detentor de emprego (RAMOS, 1981).

5 - Considerações finais

Inegável foi a lucidez de Guerreiro Ramos em compreender o momento histórico que vivia e defender, naquele momento, um projeto para o Brasil, oportunizado pelas condições internas e potencializada por fatores externos, a partir da ação humana efetiva e estratégica de administradores e políticos, que compreendia ser os agentes ativos da mudança social. Também não há dúvidas de que em qualquer fase do processo histórico-social, a sociologia deve refletir a realidade social vigente, não sendo consumido de forma passiva, e não se espelhar em realidades descoladas do contexto social do pesquisador, cabendo, portanto, ao sociólogo, buscar as relações dialéticas entre a teoria e a prática. A



sociologia, afirma, é uma ciência histórica e, assim, aplica-se na descoberta das leis particulares de cada fase do desenvolvimento econômico e social, sem cuja compreensão se torna impossível o tratamento efetivo dos problemas das sociedades. No caso do Brasil, enfatiza, ao contrário do passado, não admite o caráter fragmentário e incidental de seus enunciados (RAMOS, 1954).

Ressalte-se, portanto, a atualidade e a relevância do avanço no pensar sociológico de Guerreiro Ramos e a ruptura com o etnocentrismo sociológico predominante até então, avanço este que também se efetiva no rompimento com os pressupostos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais e da Teoria da Organização. Na esteira dessa nova concepção, promove uma ruptura com os padrões dominantes de desenvolvimento e as categorias que qualificam o desenvolvimento no mundo Ocidental, e o indivíduo que sempre esteve presente em suas preocupações assume o centro da proposta que desenvolve, ou seja, de uma ciência da administração que não esteja baseada em sistemas cognitivos das organizações existentes, antes, que se pense as organizações nos termos da compreensão da conduta geralmente adequada a seres humanos, levando em consideração tanto requisitos substantivos como funcionais, em busca da existência substantiva dos indivíduos.

O paradigma Paraeconômico, modelo de alocação multicêntrico, formula as diretrizes da nova ciência das organizações, em sintonia com as realidades multicêntricas. De modo específico, a Lei dos Requisitos Adequados estabelece que a variedade de sistemas sociais é qualificação essencial de qualquer sociedade sensível às necessidades de atualização de seus membros, e que cada um dos sistemas determina seus próprios requisitos de planejamento. Uma delimitação que não se restringe ao contexto micro-organizacional, mas que tem aplicação ao nível macro da sociedade, tendo em vista que, conceitualmente, os atributos conceituais que se aplicam às organizações também se verificam no campo social, cujas diferenças são, essencialmente, a magnitude das mudanças, estas últimas de grande envergadura (RAMOS, 1981).

Analisando a configuração de sociedades apresentadas por Riggs (1968) que, tendo como base um modelo ecológico, caracteriza as sociedades em transição como prismáticas, Ramos (1966, 1983) vê bastantes semelhanças com o momento que vivia a sociedade brasileira, pois, nas sociedades prismáticas existe um alto grau de formalismo, o qual Riggs define como uma discrepância entre as normas prescritas e a conduta concreta das pessoas, acrescentando que o nepotismo, por exemplo, é um fenômeno de superposição muito corrente nessas sociedades e que o conhecimento objetivo de uma sociedade prismática, jamais pode ser obtido a partir de suas estruturas normativas e legais.

Ressalte-se que, se num primeiro momento, assinala Ramos (1966, 1983) que esta característica da sociedade brasileira, já identificada por alguns pensadores, não se constituía aspecto bizarro, traço de patologia social, configurando, no Brasil, uma estratégia de mudança; pode-se afirmar, todavia, que o autor também rompe com essa perspectiva, na medida em que, em sua nova obra, enfatiza o lado negativo do formalismo, ao assinalar que a observância das regras, divorciada do interesse pelo bem comum, substitui a preocupação com os padrões éticos substantivos. Na nova percepção, o formalismo, juntamente com perspectivismo, o operacionalismo e a fluidez da individualidade, constituem-se traços característicos da sociedade centrada no mercado, tornando-se fatores impeditivos a uma transformação social revitalizadora.



Sob este viés, sugere que existam sujeitos substantivos que não podem se transformados em simples força de trabalho e utilizados como “dados”, ou seja, simplesmente como fatores de produção. Os pressupostos fundamentais de uma teoria substantiva da vida humana associada derivam do exercício de um senso da realidade comum a todos os sujeitos em qualquer tempo e lugar. Os sistemas e a organizações são meios, os indivíduos são os fins.

Em síntese, o conjunto da obra permite situar Guerreiro Ramos entre os expoentes do pensamento verdadeiramente sociológico no Brasil, e, sem invalidar a sua inestimável contribuição, traz evidências de que entre manter-se fiel aos ideais do desenvolvimento que preconizava e optar pela defesa da liberdade e autonomia dos indivíduos, fez opção grandiosa, abrindo espaço para uma nova etapa do pensamento, em que o sujeito tem a primazia no desenho das estruturas social e organizacional. Concluindo-se, deve-se registrar que Ramos (1981) ao admitir a disfunção do formalismo, um traço cultural marcante da sociedade brasileira, que permanece até os dias atuais, situando-o como elemento restritivo à revitalização da sociedade, permite extrapolar o pensamento para admitir a influência de fatores culturais no processo de construção do país, uma possibilidade pouco abordada pelo autor.

6 - Referências:

BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da USP, 1996.

RAMOS, A. G. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

_____. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

_____. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

_____. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional*. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

_____. *Introdução crítica a sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIGGS, F. W. *Administração nos países em desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática*. Rio de Janeiro: FGV, 1968.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TILLY, C. *Coerção, capital e estados europeus*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 1996.